



A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NO COMBATE AO RACISMO ESTRUTURAL

SILVA, Isabella Thamires de Lima¹
SILVA, Ana Maria da²

RESUMO

Este Artigo tem como objeto de estudo: A importância da escola no combate ao racismo estrutural. Parte-se do princípio de que a escola como um espaço sociocultural pode contribuir para o combate do racismo estrutural, pois é nela que os alunos permanecem uma boa parte do tempo. Diante do exposto, questiona-se: a escola cumpre seu papel no combate ao racismo estrutural? Assim, o tema desta pesquisa torna-se relevante para compreendermos que a escola tem uma grande presença na investida com relação à visão corrompida que o racismo estrutural conserva. Apresenta como objetivo geral: discutir a presença da escola no combate ao racismo estrutural, evidenciando sua importância. E como objetivos específicos: explicar a acepção do termo *raça* e sua historicidade; conceituar o termo *racismo estrutural*; descrever a relação entre o Brasil Colônia da população negra e a sociedade atual, e apresentar a gestão democrática como uma ferramenta principal no combate ao racismo estrutural dentro e fora da escola. Como metodologia utilizou-se a pesquisa bibliográfica. Optou-se por analisar a literatura existente sobre o tema e contribuir com novas linhas de pensamento acerca dele, utilizando como base, artigos que coincidiram com o objeto de estudo, pesquisados em fontes de dados seguras. O resultado da pesquisa demonstra a necessidade de se pensar a escola como sendo um espaço democrático, de suma importância no combate ao racismo estrutural, para que as diferenças deixem de ser um problema e sejam vistas como individualidades, sendo tratadas com igualdade.

Palavras-chave: Escola; Racismo; Combate; Racismo estrutural; Gestão democrática;

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta o tema “A importância da escola no combate ao racismo estrutural”. Busca evidenciar a importância da escola no combate ao *racismo estrutural*, destacando a escola como uma instituição capaz de enjear o racismo tanto de seu próprio âmbito, quanto do âmbito da sociedade no geral.

¹ Aluna do 8º período do Curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação de Guaratuba – Faculdade Isepe. E-mail: isabella.thamires.de.lima.silva@isepe.edu.br

² Professora Doutora em Letras, Especialista em Gestão e Coordenação Escolar. E-mail: ana@isepe.edu.br



Com relação ao papel dessa instituição no combate ao racismo estrutural, esta pesquisa questiona: a escola cumpre seu papel no combate ao racismo estrutural?

Dada a relevância inquestionável desta instituição social, a hipótese deste trabalho consiste no fato de que a escola tem uma grande presença na investida com relação a visão corrompida que o racismo estrutural conserva. Ela é um agente de irrefutável influência com relação à formação de ideologias sociais, já que é a responsável pela formação integral do sujeito.

Este estudo é de suma relevância, já que a escola precisa lembrar e retomar o seu papel como instituição adversa ao racismo, pois a sociedade atual o normalizou como mostra uma pesquisa feita em 2021 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada que apurou que a taxa de violência contra pessoas negras e pardas foi 162% maior em 2019 do que a mesma taxa de pessoas não negras (Noberto; Bernardes; Chabalgoity, 2021). Como exemplo prático deste dado, a acadêmica destaca que dentro de seu próprio núcleo familiar, ela e seu irmão já sofreram com episódios de racismo cometidos. Estes dois fatos só demonstram o quanto o racismo está intrínseco na sociedade, e o quanto o papel da escola é crucial, já que só ela é capaz de formar sujeitos mais justos, igualitários e cidadãos, deixando assim, claro a necessidade deste estudo.

À vista disso, neste estudo, como objetivo geral, busca-se discutir a presença da escola no combate ao racismo estrutural, evidenciando sua importância. Para isso, tem-se como objetivos específicos: explicar a acepção do termo *raça* e sua historicidade; conceituar o termo *racismo estrutural*; descrever a relação entre o Brasil Colônia da população negra e a sociedade atual, que ainda tem o racismo como fundamento orgânico, o que o torna estrutural. Os objetivos específicos também procuram apresentar a gestão democrática como uma das ferramentas principais no combate ao *racismo estrutural* dentro e fora da escola.

Para a realização deste trabalho, optou-se por analisar a literatura existente sobre o tema e contribuir com novas linhas de pensamento acerca dele. Foram selecionados artigos científicos na base de dados "Google Acadêmico". Após essa etapa, foi feita uma leitura cuidadosa dos artigos e foram selecionados autores que pudessem contribuir com a linha de pesquisa deste estudo. Pode-se concluir então que o cunho deste trabalho é bibliográfico, que é análise de um tema através de



diferentes bases teóricas, onde o autor da pesquisa traz uma nova linha de pensamento para contribuir com esse determinado tema.

Entre os principais autores citados neste artigo, tem-se Almeida (2019), sobre a acepção e historicidade de *raça* e a conceituação de *racismo estrutural*, Raposo; Almeida; Santos (2021) sobre a relação entre o Brasil Colônia da população negra e a atualidade. Além desses autores, tem-se Silva; Fernandes (2022) sobre a gestão democrática como ferramenta no combate ao racismo estrutural.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico. A pesquisa bibliográfica é a reunião de obras publicadas. Sendo assim, é de suma importância que o autor do estudo faça a leitura e absorva o conhecimento exposto e resuma o material que ele irá analisar. Assim, a pesquisa bibliográfica é o levantamento de obras publicadas que tenham relação com o tema da pesquisa do trabalho proposto (Sousa; Oliveira; Alves, 2021).

Em concordância com essa afirmação, Lakatos; Marconi (2003) afirmam que a pesquisa bibliográfica não se baseia em repetir estudos anteriores sobre determinados assuntos. A abordagem bibliográfica proporciona ao pesquisador a análise de um tema através de uma nova abordagem ou linha de pensamento, chegando a conclusões inovadoras sobre o tema em destaque.

Neste estudo, o tema foi escolhido e em seguida buscou-se materiais (artigos científicos) em bases de dados como: Google Acadêmico e Scielo e outras fontes seguras, para que fosse feita a leitura. Foi feita a seleção de materiais que coincidisse com os objetivos desta pesquisa.

Os principais autores citados dentro deste estudo são: Almeida (2019), sobre a acepção e historicidade de *raça* e a conceituação de *racismo estrutural*, Raposo; Almeida; Santos (2021) sobre a relação entre o Brasil Colônia da população negra e a atualidade, Freire (2005) *apud* Raposo; Almeida; Santos (2021) reafirmando o papel transformador da escola e a necessidade de que os oprimidos se comprometam com a transformação do mundo. Além desses autores, tem-se Silva; Fernandes (2022) sobre a gestão democrática como ferramenta no combate ao racismo estrutural.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA



Para que sejam abordados os aspectos dos quais esse estudo se propõe, se faz necessário primeiro realizar uma pesquisa acerca do tema *raça*. O estudo destaca algumas de suas definições e expõe sua historicidade ao longo do tempo, mencionando as influências de cunho histórico que esse termo recebeu.

3.1. A ACEPÇÃO E A HISTORICIDADE DO TERMO RAÇA

Segundo Almeida (2019), estabelece-se um grande debate quando a sociedade se propõe a estabelecer uma definição para o termo *raça*. Esse termo sempre esteve presente no ato de definir e classificar vários tipos de indivíduos, como por exemplo os animais, e logo depois, entre os seres humanos. Ainda segundo o autor, a *raça* é um fenômeno da modernidade, mas que começou por volta do século XVI, não sendo um termo “parado”.

Ele se altera conforme as sociedades também passam por transformações. O sentido desse termo está interiormente ligado às circunstâncias históricas dentro das quais ele é utilizado. Dentro do termo sempre vai existir algum tipo de embate, pois pode-se afirmar que sua historicidade é também a história da construção política e econômica das sociedades atuais (Almeida, 2019).

O contexto de ampliação comercial e da cultura renascentista e o surgimento do Iluminismo possibilitaram um ideal do homem europeu em “homem absoluto” que vai muito além de sujeito cognoscente e se transforma em “a coisa que se pode conhecer e estudar”. Esse movimento ideológico deu ferramentas para que fosse possível comparar e logo classificar os diferentes grupos de pessoas baseando-se em características físicas e culturais. Surge então distinções que vão de “civilizado e selvagem” para “civilizado e primitivo” algum tempo depois (Almeida, 2019).

O Iluminismo tornou-se razão para grandes revoluções liberais. Um exemplo foi a Revolução Francesa, que tinha como pretexto a liberdade e o livramento do mundo de preconceitos com relação à religião e do poder da nobreza, assim como cita Almeida (2019, p. 21)

as revoluções inglesas, a americana e a francesa foram o ápice de um processo de reorganização do mundo, de uma longa e brutal transição. [...] Mostrou-se fundamental para a vitória da civilização. Esta mesma civilização que, no século seguinte, seria levada para outros lugares do mundo, para os *primitivos*, para aqueles que ainda não conheciam os benefícios da liberdade, da igualdade, do Estado de direito e do mercado (Almeida, 2019, p. 21).



É nesse contexto que a *raça* aparece como um conceito central. Através dele, a contradição entre a universalização da razão e o processo de destruição que a escravidão causou tem a possibilidade de agir como fundamento irremediável da sociedade atual (Almeida, 2019).

Almeida (2019) ainda menciona que no século XIX, o filósofo Hegel fez uma espécie de julgamento em relação aos africanos, afirmando que este povo seria “sem história, bestiais e envolvidos em ferocidade e superstições”. As referências a palavras como “bestas” e “fúria” mostram que associar seres humanos de algumas culturas, mencionando suas características físicas e animais é algo muito comum no racismo e no processo de horrores que deu espaço a práticas de discriminação ou genocídios até nos dias atuais.

O autor ainda reforça sua afirmação, dizendo que os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial e o genocídio causado pela Alemanha nazista com relação aos judeus só robustece o fato de que *raça* é um conceito puramente político. Ela é um conceito sem qualquer significado fora do meio social ou antropológico, sendo apenas algo puramente divisório e sem lógica (Almeida, 2019).

Para deixar ainda mais claro o cunho político que o termo *raça* carrega, o espírito positivista que surgiu no século XIX transformou as dúvidas comuns em dúvidas de cunho científico, onde áreas de estudo como a biologia e a física serviram como base para explicar a diversidade dentro da *raça* humana. Surge então a ideia de que características biológicas ou até mesmo condições ambientais fornecidas pelo clima típico de determinadas regiões seriam capazes de determinar diferenças de moral, caráter, diferenças no desenvolvimento psicológico e até mesmo de âmbito intelectual entre as *raças*, assim como afirma Almeida (2019) quando diz que “desse modo, a pele não branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência” (Almeida, 2019, p. 23).

Por consequência, o dito mestiço seria “sem pudor”, ou seja, sem caráter. Esse tipo de pensamento teve grande repercussão e autoridade nos ambientes acadêmicos e políticos do século XIX, e um exemplo bem claro disso foi Arthur de Gobineau. O escritor recomendou em suas obras que fosse evitada a “mistura de *raças*” (Almeida, 2019).

Gobineau afirmava



Já não existe nenhuma família brasileira que não tenha sangue negro e índio nas veias; o resultado são compleições raquíticas que, se nem sempre repugnantes, são sempre desagradáveis aos olhos (Gobineau *apud* Sousa, 2013).

Dessa maneira, por sua linha histórica, o termo *raça* se produz a partir de duas definições básicas que se encontram e se acrescentam, assim como Almeida (2019) define:

1. *Como característica biológica*, em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico, como a cor de pele por exemplo;
2. *Como característica étnico-cultural*, em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua ou outros costumes, a uma certa forma de existir (Almeida, 2019, p. 25).

É possível perceber que estes dois aspectos de *raça* regem toda a formação desse conceito, contudo o cunho político desse termo é claro, pois não possui qualquer significado fora da ideia socioantropológica. Além disso, não se tem qualquer embasamento científico que embase a divisão de *raças*, quando se fala dos princípios de separação e distinção que dão suporte para ela. Na próxima seção será abordada a concepção de racismo estrutural.

3.2. A CONCEITUAÇÃO DE RACISMO ESTRUTURAL

O racismo é uma forma “organizada” ou “constituída” de discriminação, em que a *raça* é a principal justificativa para esse tipo de discriminação. Essa ação discriminatória aparece através de atitudes conscientes ou inconscientes, que geram desvantagens ou privilégios, dependendo do grupo racial que aquele indivíduo em questão está inserido. O termo une-se com “segregação racial”, ou seja, divisão de espaço por causa da *raça*, formando locais com características específicas, sejam eles quaisquer tipos de comunidades estruturadas, como bairros, por exemplo (Almeida, 2019).

Segundo Almeida (2019), segregação racial também pode ser dita como a definição de estabelecimentos de comércio e serviços de cunho público, como escolas e hospitais, para uma frequência de pessoas específicas. Assim, esses estabelecimentos seriam para membros de determinadas *raças*.

Já no racismo estrutural, as instituições são apenas a manifestação de uma estrutura social que tem o racismo como um de seus componentes íntimos e



inseparáveis. Isso significa que as instituições são racistas porque a sociedade tem sua essência no racismo e funciona a partir dele, assim como afirma Almeida (2019, p. 38-39),

Se há instituições cujos padrões de funcionamento redundam em regras que privilegiem determinados grupos raciais, é porque o racismo é parte da ordem social. Não é algo criado pela instituição, mas é por ela reproduzido (Almeida, 2019, p. 38-39).

Para o autor, em sociedades em que o racismo se faz presente, as instituições que não se colocarem de forma ativa e estabelecerem como um problema essa questão do racismo, irão facilmente produzir ações racistas “comuns” e “não condenáveis” internamente nessas mesmas sociedades. Isso acontece em instituições como governos, empresas e escolas onde não existem dispositivos dentro das instituições que possam abordar a oposição de *raças* (Almeida, 2019).

Ainda conforme Almeida (2019), o racismo é uma consequência da própria estrutura da sociedade que ele compõe. Isso significa que ele vem do modo “natural e habitual” em que se dão os relacionamentos entre as pessoas e instituições sejam eles políticos, econômicos, jurídicos e até mesmo relações dentro das famílias. Não pode ser considerada uma “doença social” e nem um problema do meio institucional. Nesse caso, o racismo é estrutural. Certos comportamentos individuais e das organizações são originados de uma sociedade onde racismo se tornou uma norma e não algo inusual e condenável, se tornando assim, estrutural.

Contudo, usar o termo *estrutura* não significa afirmar que o racismo seja algo insuperável e ações antirracistas não tenham valor no enfrentamento a esse problema. O racismo é um processo dono de uma historicidade e de uma face política, onde gera meios para que grupos de diferentes *raças* sejam discriminados de maneira direta e não direta dentro da própria sociedade, como se essas ações fizessem parte de um sistema comum. Por mais que indivíduos que pratiquem atos racistas recebam sua responsabilidade, a visão estrutural sobre o relacionamento entre *raças* deixa nítido que a responsabilidade que se dá dentro dos termos da Lei não é suficiente para que a sociedade em questão deixe de ser um ambiente de reprodução dessas desigualdades e também desse tipo de racismo (Almeida, 2019).

Na próxima seção serão tratadas as relações entre o processo de colonização ocorrido no Brasil Colônia da população negra e a sociedade atual. Busca-se mostrar



a ligação entre a sociedade contemporânea que tem como um de seus fundamentos organizacionais o racismo estrutural e o Brasil Colônia negro.

3.3. O RACISMO COMO FUNDAMENTO ORGÂNICO: DO BRASIL COLÔNIA À ATUALIDADE

Quando se faz uma análise da formação do Brasil, é possível perceber que seu processo de desenvolvimento se deu através de uma ligação histórica claramente estabelecida com o racismo praticado contra o povo africano. Os africanos foram um povo que foi trazido para ser submetido ao trabalho, trabalho esse que era forçado e por isso claramente escravo (Raposo; Almeida; Santos, 2021).

Ainda segundo Raposo; Almeida; Santos (2021), esse povo foi tirado de sua humanidade, explorado e reduzido à condição de objeto ou ainda reduzido à condição de outro povo. Esse outro povo seriam os europeus, que expandiram seus domínios de território e sua influência. Para as autoras,

os negros africanos tiveram suas vidas apagadas quando afastados das suas origens. Assim sendo, seus descendentes sofrem, até hoje, no Brasil, com o apagamento social advindo da condição imposta pelo colonizador (Raposo; Almeida; Santos, 2021, p. 2).

Os estudos de Almeida; Sanchez (2017) *apud* Raposo; Almeida; Santos (2021) apontam que os povos negros africanos foram calados, perderam seus lugares geograficamente e socialmente. Dessa forma, seus filhos afro-brasileiros empenham-se constantemente, de forma incansável através das diversas gerações, para garantir seu lugar de direito na sociedade atual, onde estes continuam a ser enxergados como “um povo qualquer”, em função do racismo estrutural, que se tornou toda a base intrínseca do país e ainda se faz presente.

Com a expansão da Europa, a partir do século XVI, iniciou-se a formação de um projeto de modernidade, trazendo a Europa como centro de todas as relações, o chamado colonialismo. Mais adiante, no século XVIII, surgiu o sujeito do iluminismo, sendo um sujeito especial e dotado de intelectualidade, consciência e práxis (Raposo; Almeida; Santos, 2021).

O ser humano se tornou o centro de todos os tipos de relações que poderiam ser estabelecidas e a Europa se tornou o centro mundial. Se criou uma espécie de prioridade europeia, levada para dentro de vários aspectos, como social, cultural,



político, filosófico e religioso, onde novas “realidades”, ditas como verdadeiras acabaram sendo criadas (Raposo; Almeida; Santos, 2021).

Em assentimento com as autoras, Almeida (2019) traz o pensamento de Achille Mbembe, que afirma que o colonialismo foi um projeto com o intuito de universalizar e modernizar os colonizados, mas que se tornou uma amostra de antiliberalismo. Além disso,

o colonialismo foi um projeto de universalização, cuja finalidade era “inscrever os colonizados no espaço da modernidade”. Porém, a “vulgaridade”, a brutalidade tão habitualmente desenvolva e sua má-fé fizeram do colonialismo um exemplo perfeito de antiliberalismo (Mbembe (s-a) *apud* Almeida, 2019, p. 22).

Inspirado em teorias racistas e pseudocientíficas, o eurocentrismo renovou a superioridade da *raça* branca com relação a outras *raças*. Os argumentos se baseavam, por exemplo, no ato de verificar e comparar as medidas dos crânios das pessoas (Raposo; Almeida; Santos, 2021).

Ainda de acordo com Raposo; Almeida; Santos (2021), os negros eram classificados como não civilizados ou selvagens, e conseqüentemente colocados como passivos à violência. Isso significa que poderia se praticar qualquer violência contra eles, mesmo que isso fosse um fenômeno social e nunca, em hipótese alguma, normal. Com relação às mulheres, a estas eram atribuídos a predisposição ao sexo e a libertinagem, argumentos esses que marcam os corpos das mulheres da época.

Foi durante o processo de colonização que os brancos se apresentaram como uma referência de poder e como homens absolutos, tendo papel centralizado quando se falava em conhecimento científico. Esse processo conduziu para que outros povos e outras culturas não só fossem colocados em uma posição de insignificância, mas também que o conhecimento branco ocidental fosse visto como um saber de cunho universal, totalmente técnico e validado, ou seja, um conhecimento legítimo (Raposo; Almeida; Santos, 2021).

Sendo assim, a atualidade é marcada por tensões de cunho ideológico. Por um lado, o ser humano branco propõe uma semelhança e uma liberdade entre todos, partindo de uma totalidade que se torna irreal, que incorpora esse mesmo homem branco como modelo e acaba por ser um meio para gerar desigualdade e escravidão, problemas efetivados através do racismo. Assim, igualdade e liberdade em um modo



prático, tornam-se ideias que excluem os indivíduos (Raposo; Almeida; Santos, 2021).

Ademais, pode-se dizer que a modernidade produz a colonialidade para manter a desigualdade e a estabilidade em relação ao poder e ao saber, ou seja, ao conhecimento científico. Não há espaço para a diversidade, já que existe um domínio total, o domínio da linguagem, da ideologia e até mesmo da cultura de todos. Também existe a dominação dos parâmetros materiais como da economia e do âmbito da política (Raposo; Almeida; Santos, 2021).

Dentro desse contexto, a cultura advinda da Europa foi divulgada e posta como a única cultura possível, com uma face soberana. Isso acontece atualmente, ainda que a população brasileira seja composta em 54% por afro-brasileiros, segundo dados da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Brasil, 2017 *apud* Raposo; Almeida; Santos, 2021).

Segundo Quijano (2009) *apud* Raposo; Almeida; Santos (2021), a façanha da Europa não foi só fabricar uma ideia de soberania e centralização da historicidade, das características culturais e de atualidade europeia. Além disso, os europeus fizeram com que os povos que sofriam com a opressão acreditassem e confiassem nessa falsa verdade, sendo apenas uma falácia que considerava absolutamente os interesses dos europeus.

Moore (2010) contribui com o pensamento de Quijano (2009). Moore (2010) *apud* Raposo; Almeida; Santos (2021) destaca que “[...] o empenho eurocêntrico deixou um legado raciológico que, ainda hoje, continua dominando os estudos africanos, constituindo um sério obstáculo para elucidação da realidade histórica desse continente” (Moore 2010, *apud* Raposo; Almeida; Santos, 2021, p. 14).

Ainda, em assentimento com as afirmações acima, Silva (2017) *apud* Raposo; Almeida; Santos, (2021) evidencia o currículo europeu dentro do sistema educacional do Brasil, quando reconhece que a história e a cultura são vistas e contadas através de uma perspectiva exclusivamente eurocêntrica. São as grandes vitórias heroicas brancas que são contadas, sendo que muitos heróis negros passam por um processo de branquitude (Raposo; Almeida; Santos, 2021).

À vista disso, segundo Raposo; Almeida; Santos (2021), esse regime contamina as escolas de forma estrutural, especificamente a forma de se realizar o ensino dentro dessas instituições, pois esse ensino é feito para camuflar e



absolutamente esconder o contexto que na verdade tem uma face multicultural. Da mesma maneira que coloca a visão de saber branca como sendo a visão absoluta e inquestionável, elege as demais culturas como desimportantes, e isso acontece por serem vistas como de menor valor no sentido intelectual para serem trabalhadas dentro desses espaços escolares. Dessa forma, as autoras expõem que

ao seguirmos o pensamento de Boaventura de Souza Santos (2018), poderíamos afirmar que a escola trata o saber branco/europeu como científico, ou saber legítimo, status negado a saberes locais, como os saberes produzidos pelos povos negros, o que resulta naquilo que o autor coloca como epistemicídio, que se realiza com a inferiorização ou a negação dos saberes produzidos fora do norte global (Raposo; Almeida; Santos, 2021, p. 3).

O educador Freire (2005) *apud* Raposo; Almeida; Santos (2021) rebate esse pensamento quando afirma que "mesmo que alguém esteja situado socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa que pense e aja a partir do lugar de subalternidade" (Freire, 2005, *apud* Raposo; Almeida; Santos, 2021, p. 5). Freire (2005) *apud* Raposo; Almeida; Santos (2021) ainda continua:

quem melhor que os oprimidos para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? [...] É necessário que os oprimidos desvelem o mundo da opressão e se comprometam, na *práxis*, com a sua transformação, em um processo de permanente libertação (Freire, 2005, *apud* Raposo; Almeida; Santos, 2021, p. 5).

Com a afirmação de Boaventura de Souza Santos (2018) pode-se reiterar que os conhecimentos eurocêntricos sempre foram supervalorizados, valorização essa que foi e vai contra a formação do Brasil e oprime um povo que foi responsável por grande parte da historicidade e construção do país, quando trouxe consigo sua cultura, sua mão de obra, suas crenças e principalmente quando foi obrigado a renunciar a tudo isso e se render a uma vida que não o pertencia. Por isso, Freire (2005) vem rebatendo essa ideia quando afirma que é necessário que esse povo que foi oprimido e continua sendo por todos esses anos desvele o mundo e se comprometa com a transformação dele em um processo de libertação que é constante.

Na seção a seguir, apresenta-se a gestão democrática como uma ferramenta no enfrentamento do racismo estrutural dentro dos espaços educacionais e



evidenciando o papel da escola como um espaço capaz de expelir esse conceito de dentro da organização da sociedade.

3.4. A GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO FERRAMENTA NO ENFRENTAMENTO DO RACISMO ESTRUTURAL

Os estudos de Silva; Fernandes (2022) apontam que a atitude de enxergar o racismo como um problema compete a toda uma sociedade, assim como também depende de um trabalho social e educativo que deve ser contínuo e eficaz. Esse trabalho deve ser voltado para a ação de recuperar e exaltar a identidade do povo negro e deve abranger parâmetros que envolvam a história, a cultura e a sociedade negra, como é garantido pela Lei nº 10.639/03 que está dentro dos currículos das instituições educacionais.

De acordo com as autoras, o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana como prevê a Lei apesar de ser visto como uma conquista importante para a *raça* negra contra a perpetuação do eurocentrismo, ainda é uma legislação pouco disseminada e não se tem muito diálogo pelas instituições escolares como um todo com relação a ela. Isso causa a neutralização do racismo e a preservação da supremacia do poder e dos grupos aos quais esse poder pertence (Silva; Fernandes, 2022).

A escola é um espaço extremamente diverso, e apesar do fato dessa diversidade se fazer tão viva com a presença de uma Lei que está dentro do conjunto de legislações para garanti-la e protegê-la, a discriminação e o preconceito ainda estão incrustados na escola. Isso é reflexo de uma sociedade que tem o racismo estrutural como fundamento orgânico, assim como afirmam Silva; Fernandes (2022, p. 1) quando destacam que “[...] não difere nas escolas, desde a educação infantil há casos de preconceito racial, seja na atuação dos professores, na relação entre os colegas ou no silenciamento da gestão escolar sobre os casos denunciados”.

Dando sequência, as autoras ressaltam que

[...] os estigmas, preconceitos e discriminação fazem parte desse cotidiano, uma vez que toda a comunidade escolar reflete as características e atitudes da sociedade, em que o racismo estrutural se faz presente e implica na ausência do resgate e/ou valorização de nossas raízes africanas (Silva; Fernandes, 2022, p. 4).



Para que a educação se torne um caminho para resolver essa prática que está intrínseca dentro da sociedade as ações não podem ter caráter de uma solução momentânea, como por exemplo eventos sobre a raça negra ou algum projeto pedagógico que aconteça instantaneamente. Ações como essas só trazem o encobrimento do problema e não a saída para ele (Silva; Fernandes, 2022).

Para que a neutralização do racismo e a manutenção do predomínio dos grupos de poder dentro da escola e dentro da sociedade não ocorram se faz necessária uma gestão democrática eficiente dentro do espaço escolar, já que essa gestão é baseada na participação e no diálogo também da comunidade escolar, não apenas da equipe docente. Essa inclusão de todos nas decisões é um dos principais indícios de que a educação da instituição em questão é de qualidade e diversificada, assim como afirma Souza (2009) *apud* Silva; Fernandes (2022)

Seguindo os princípios fundamentais de uma gestão democrática, caso a problemática enfrentada ultrapasse os limites da instituição, as gestoras afirmam que a participação e diálogo acontece também com a comunidade, essa inclusão de todos nas tomadas de decisões é um dos principais indicadores de qualidade educacional (Souza 2009, *apud* Silva; Fernandes, 2022, p. 6).

Silva; Fernandes (2022) ainda continuam afirmando que isso proporciona aos estudantes uma escuta ativa e um apoio no enfrentamento de seus problemas e de suas adversidades. Sendo assim, a gestão escolar necessitará de fundamentar suas ações e estratégias de cunho pedagógico em bases que tragam o multiculturalismo e a legitimidade para dentro da escola, sendo esse último fundamento sinônimo de justiça, incorporando assim, todos esses parâmetros como principais objetivos dessa nova gestão. Isso irá acrescentar dentro dos princípios que a gestão democrática escolar já possui, como autonomia, participação, cultura e democracia.

Souza (2009) *apud* Silva; Fernandes (2022) complementa esse pensamento dizendo que “[...] uma democracia que não é vivenciada na prática, é apenas estética” (Souza, 2009, *apud* Silva; Fernandes, 2022, p. 6).

Nessa linha de pensamento, Silva; Fernandes (2022) reforçam que existem desafios que precisam ser superados e o principal deles é a questão familiar. Quando o racismo é reproduzido dentro desse núcleo, os estudantes têm a tendência de tratar essa problemática como normal e praticar o racismo em seus relacionamentos com seus colegas de classe, professores e com a comunidade escolar em si. Por isso,



ações positivas, porém instantâneas, como palestras ou cursos se tornam insuficientes para trazer a solução desse problema.

Assim, o racismo é um “fundamento” que está presente de forma tão orgânica na sociedade que acaba deixando em suas vítimas cicatrizes muitas vezes permanentes. Por esse motivo, se faz necessária a execução de projetos que estabeleçam conexões com os alunos, que busquem a valorização da identidade negra e da identificação racial, trazendo e destacando a beleza da pele e de sua cor, evidenciando características físicas típicas da *raça* negra, como os cabelos, o nariz grande e os lábios grossos e outras individualidades importantes dessa *raça*, procurando elevar a autoestima e a bagagem cultural desses alunos (Silva; Fernandes, 2022).

As autoras acima também citam que se faz importante o planejamento de ações que ajam de maneira preventiva. Essas ações dão aos estudantes e a toda comunidade escolar a possibilidade de pensar e refletir sobre conceitos individuais que possam ter um cunho discriminatório, violento e inverídico sobre qualquer indivíduo.

Para elas, o silêncio dos profissionais educacionais, sejam eles gestores ou docentes, resulta na violação dos direitos básicos, da historicidade e da bagagem cultural dos negros. Essa parte da população é basilar na construção do país, mas infelizmente não possui essa validação por parte da sociedade (Silva; Fernandes, 2022).

Tem-se também a contribuição de Santos (2001) *apud* Silva; Fernandes (2022) que acrescenta “é necessário romper o silêncio a que foram relegados negros e índios na historiografia brasileira, para que possam construir uma imagem positiva de si mesmos” (Santos, 2001, *apud* Silva; Fernandes, 2022, p. 8). Silva; Fernandes (2022, p. 8) seguem a mesma linha de pensamento e declaram que “a responsabilidade das instituições escolares é eliminar preconceitos, produzir saberes, conhecimentos e não reproduzir ainda mais disfunções sociais”.

Sobre o exposto, Freire (2005) *apud* Raposo; Almeida; Santos (2021) também contribui com a afirmação das autoras Silva; Fernandes (2022). Ele esclarece que a escola deve ser um espaço libertador de sujeitos e que os permitam se constituírem de forma crítica e propõe



a escola como um espaço libertador dos sujeitos, que os permita se construírem como indivíduos políticos, críticos, capazes de refletir sobre a sua realidade e transformá-la. Dentro desse processo, surge o ensino dentro do universo da educação, como uma tecnologia capaz de atuar contra o racismo estrutural (Freire, 2005, *apud* Raposo; Almeida; Santos, 2021, p. 12).

Logo, uma escola que tem a gestão democrática como princípio de funcionamento ou que atua para atingir esse objetivo tem mais chances no confronto do racismo estrutural. Esse enfrentamento é possível porque essa gestão se baseia no diálogo e na participação de todos que fazem parte da comunidade escolar, como já mencionado (Silva; Fernandes, 2022).

Ações dentro da gestão democrática como criação de políticas antirracistas dentro da escola, capacitar os docentes, implementar projetos políticos pedagógicos e o diálogo entre toda a comunidade escolar podem contribuir para o enfrentamento. Além disso, essas ações podem contribuir com o enfeitamento ao racismo estrutural dentro dos espaços educacionais (Silva; Fernandes, 2022).

As autoras complementam que

essas ações são de extrema importância nas escolas, pois ela é formadora de cidadãos ativos para a sociedade, e apesar de a escola não ser a única responsável nessa formação, encontrando diversos desafios como a ignorância, a resistência desde os atuantes da escola, até os alunos e os pais, as limitações muitas vezes implantadas pelo governo, é ela que pode possuir o poder de transformar mentes, transformar o futuro e a sociedade, começando pelas crianças (Silva; Fernandes, 2022, p. 9).

Silva; Fernandes (2022) fecham a ideia evidenciando e definindo a importância da escola. As autoras definem que a escola como espaço educacional que é, se torna capaz de formar cidadãos ativos para a sociedade. Mesmo que a gestão enfrente problemas durante o processo, a escola sempre vai ser um espaço que é capaz de mudar opiniões, pensamentos, visões de mundo, o futuro da escola, dos indivíduos e principalmente da sociedade, e por isso que sua importância precisa e deve ser evidenciada no combate ao racismo estrutural dentro dessa sociedade.

A gestão dentro da escola deve considerar a multiculturalidade e a diversidade tão forte que existe de etnias e raças. Caso não o faça, a escola pode deixar o racismo mais intrínseco dentro da sociedade, assim como afirma Almeida (2019).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Neste artigo, buscou-se realçar o papel da escola no combate ao racismo estrutural, trazendo as definições de *raça* e do próprio termo *racismo estrutural* que é um dos objetos de estudo deste artigo. Realçou-se o termo como uma situação e um problema real que possui um caráter intrínseco dentro da sociedade.

Para tanto, foi montada uma “linha do tempo”, relacionando a bagagem histórica do Brasil Colônia para a civilização negra com a atualidade. Essa “linha do tempo” deixou claro o quanto os resquícios de uma colônia racista influenciaram na visão que se tem de seus descendentes negros hoje na sociedade brasileira, inclusive na escola, já que em seu currículo ainda fica claro a presença eurocêntrica no ensino.

Assim, destacou-se a gestão democrática como uma das ferramentas principais no combate ao racismo estrutural dentro e fora da escola, já que esta como o próprio termo já diz tem como principal objetivo incluir a todos dentro da comunidade escolar. Ela tem o objetivo de tornar a escola um espaço democrático.

Dessa maneira, no enfrentamento do racismo estrutural, ações espontâneas não são suficientes, e por isso a gestão democrática dentro das escolas se faz tão necessária. O racismo é um problema tão presente na sociedade que deixa suas vítimas com marcas de uma profundidade imensurável e por isso são necessários projetos contínuos de valorização da identidade negra. Isso só é possível dentro de uma gestão democrática que inclua todas as pessoas e todas as culturas e tenha a diversidade racial como sua principal pauta.

O silêncio dos profissionais educacionais, sejam eles gestores, professores ou a comunidade escolar em si causa o descumprimento dos direitos básicos, da historicidade do povo negro e da bagagem cultural de um grupo de pessoas que foi e ainda é vital na formação do país, os negros, assim como afirmam as autoras Silva; Fernandes (2022). A escola é um espaço fundamental no combate desse problema, pois é por meio dela que se dá a formação integral aos sujeitos, e esses sujeitos são capazes de refletir sobre a realidade e transformá-la, assim como afirma o educador Freire (2005) quando ressalta que a escola é um espaço libertador dos sujeitos.

O papel da escola é produzir novos saberes, novos conhecimentos, novas visões de mundo, formar sujeitos com uma visão multicultural e principalmente eliminar preconceitos. Ela é formadora de sujeitos cidadãos, donos de uma cidadania planetária que tem como objetivo a convivência equilibrada entre todos, como cita Gadotti (2010). Ou seja, a escola é o espaço responsável por construir um sujeito que



entenda a diversidade como um direito de todos e um privilégio dentro das sociedades. Essa instituição tem o poder de transformar os conceitos de sociedade dos sujeitos, pensamentos e criar ideias e novas formas de ver o mundo, transformando a sociedade, expelindo assim o racismo estrutural.

Por conseguinte, pode-se dizer que o racismo estrutural se baseia no descaso com o povo negro e na retirada do acesso desse povo ao conhecimento. Assim, a escola volta a ser o principal objeto de discussão deste artigo, pois com a retirada do acesso ao conhecimento e dos direitos para a população negra, a escola apenas reproduz e perpetua esse racismo, mantendo-o vivo na sociedade.

Portanto, é necessário que ocorra a libertação dos sujeitos e a abertura do conhecimento para todos. É preciso considerar a orientação curricular que implementa uma valorização multicultural, dando identidade para os sujeitos negros dentro da escola e por consequência dentro da sociedade, deixando muito claro a contribuição fundamental desse povo para a formação da sociedade brasileira.

O resultado da pesquisa demonstrou que é preciso que se reflita sobre novas atitudes para se combater o racismo estrutural, que está tão intrínseco dentro da sociedade atual. Mais ainda, é preciso que se retome a escola como o espaço democrático que ela é, para que dessa forma, as diferenças deixem de ser um problema e sejam vistas como individualidades e possam ser compreendidas igualmente.

Por tudo isso, vale ressaltar novamente a gestão democrática como uma grande ferramenta dentro de uma escola. Só se tem uma sociedade democrática se a escola que forma os sujeitos também for democrática, ou seja, uma escola que veja as diferenças não como diferenças, mas singularidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. Edição 1. São Paulo. Editora Pólen. 2019.

GADOTTI, Moacir. **A carta da terra na educação**. São Paulo. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. (Cidadania planetária: 3), 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. Edição 5. São Paulo. Editora Atlas S.A. 2003.



NOBERTO, Cristiane; BERNARDES, Gabriela; CHABALGOITY, Gabriela. **Vítimas da violência e da discriminação**. Correio Braziliense, 2021. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/09/4947035-vitimas-da-violencia-e-da-discriminacao.html#google_vignette. Acesso em: 12 de ago. de 2023.

RAPOSO, Patrícia Lorena; ALMEIDA, Roberta Santos de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. **O pensamento decolonial como estratégia de enfrentamento ao racismo estrutural no contexto escolar**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 16, e 2115355, 2021.

SILVA, Marcela Eduarda da; FERNANDES, Yngrid Larissa Sales. **Atuação da gestão democrática no enfrentamento do racismo estrutural em escolas públicas de Pernambuco**. Anais VIII CONEDU. Campina Grande. Editora Realize, 2022.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos**. Cadernos da FUNCAMP, v.20, n.43, p.64-83, 2021.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. **A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau**. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan./jun., 2013.